

A REPRESENTAÇÃO LINGÜÍSTICA NAS CONCEPÇÕES DE LUHMANN, HABERMAS E BRANDOM E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O STATUS DO DISCURSO TESTEMUNHAL

Helmut Paul Erich GALLE¹

- RESUMO: O gênero do testemunho converteu-se em uma das fontes mais importantes para a memória coletiva do século XX e, ao mesmo tempo, segue fornecendo conceitos importantes para o pensamento filosófico, sociológico e político. Operando nas fronteiras entre história, autobiografia e ficção, o testemunho também é uma pedra de toque importante para verificar as consequências dos modelos da representação lingüística que se desenvolveram depois do *linguistic turn* e dos avanços nas neurociências. Na Alemanha, as teorias mais influentes que buscaram integrar a impossibilidade de um realismo lingüístico (que presume uma correspondência entre palavras e coisas) foram a “*Systemtheorie*” de Luhmann e a “*Theorie des kommunikativen Handelns*” de Habermas. Enquanto Luhmann oferece um modelo de comunicação como sistema fechado em si, que não permite laços entre realidade e texto, Habermas propõe uma aproximação à realidade objetiva através de um processo discursivo não hegemônico que privilegia falantes competentes. As duas abordagens parecem insatisfatórias frente ao *status* referencial da historiografia, particularmente das atrocidades do holocausto. Integrando os resultados de Habermas com a tradição norte-americana do pragmatismo e da analítica, a filosofia da linguagem de Brandom abre uma nova perspectiva que deriva a referencialidade da prática social dos falantes e que permite pensar num conceito moderado de “realidade objetiva”. O artigo analisa quais as implicações dos três conceitos de referência para o testemunho, testando a validade para nossa realidade comunicativa.
- PALAVRAS-CHAVE: Testemunho; representação lingüística; pragmatismo; inferencialismo; teoria dos sistemas; pacto autobiográfico.

Negare che comunicare si può è falso: se può sempre.

[...]

La maggior parte dei prigionieri che non conoscevano il tedesco, quindi quasi tutti gli italiani, sono morti nei primi dieci-quindici giorni dal loro arrivo: a prima vista, per fame, freddo, fatica, malattia; ad un esame più attento per insufficienza d'informazione.

(LEVI, 1988a, p. 1060; 1063)

¹ Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – helmut_galle@hotmail.com.

Dúvidas sobre a capacidade representativa da linguagem não são novas, mas, no âmbito das humanidades, são cada vez mais radicais. Assim, *tópos* da indizibilidade ocorrem na literatura antiga e medieval (ver CURTIUS, 1978, p. 168 et seq.), expressando a limitação das palavras frente à riqueza do mundo ou à grandeza do objeto (em geral o príncipe a ser elogiado). A impossibilidade de representar lingüisticamente os pensamentos foi lamentada por Friedrich Schiller num dístico sobre a linguagem em 1797 (publicado pela primeira vez no *Musen Almanach für das Jahr 1797* junto com outras *Tabulae votivae*): “*Sprache / Warum kann der lebendige Geist dem Geist nicht erscheinen? / Spricht die Seele, so spricht ach! schon die Seele nicht mehr*” (SCHILLER, 1991, p. 305). “Linguagem / Por que o espírito vivo não pode aparecer ao espírito? / Quando a alma fala, ah!, então já não fala mais a alma”.²

Na mesma época do idealismo alemão, Immanuel Kant apresentou na *Crítica da Razão Pura* sua explicação para motivo pelo qual a realidade, a realidade em si, não pode sequer ser percebida pela mente. Com isso ele proporcionou o fundamento para as dúvidas frente a todas as concepções de realismo mental e lingüístico até hoje. Uma primeira culminação dessa postura de reserva impregna o texto emblemático *A carta de Lord Chandos*, de Hugo von Hofmannsthal. Trata-se de uma carta fictícia, publicada há cem anos atrás (em outubro de 1902), na qual o jovem Lord Chandos afirma que “*die abstrakten Worte, deren sich doch die Zunge naturgemäß bedienen muß, um irgendwelches Urteil an den Tag zu geben, zerfielen mir im Munde wie modrige Pilze.*” (HOFMANNSTHAL, 1979, p. 465) – (“as palavras abstratas, das quais uma língua necessariamente tem que lançar mão para fazer emergir um juízo qualquer, desmanchavam em minha boca como cogumelos podres.”).

Da mesma época, datam as primeiras filosofias sistemáticas importantes sobre o problema da representação lingüística que, até hoje, alimentam a reflexão, bastando aqui mencionar autores como Gottlob Frege, Charles S. Peirce, Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein (um esboço sobre a evolução da filosofia analítica pode ser conferido em BRAUN, 1996, p. 34-45).

Nas últimas décadas foi reconhecido, particularmente no âmbito das ciências naturais, que o conhecimento que temos sobre os processos no cérebro não sustenta a idéia de uma consciência que disponha sobre imagens que representam o mundo circundante, e que essas imagens, ou as sensações internas possam ser transmitidas por meio da linguagem a outros cérebros (ver LENK, 2001; ROTH, 2000; e RUHNAU, 2000). Jürgen Habermas resumiu essa aporia entre a confiança no mundo externo e a impossibilidade de um conceito “realista” na representação lingüística:

Die ontologische Annahme eines genetischen Primats der Natur nötigt auch zu der erkenntnisrealistischen Annahme einer vom Geist unabhängigen,

objektiven Welt. Aber innerhalb des linguistischen Paradigmas ist die klassische Form eines Realismus, der sich auf das Repräsentationsmodell der Erkenntnis und die Korrespondenz von Sätzen und Tatsachen stützt, nicht mehr zu halten. (HABERMAS, 1999, p. 17-18)

A suposição ontológica de um primado genético da natureza nos obriga também à suposição, de orientação realista, de um mundo objetivo e independente da mente. No entanto, dentro do âmbito do paradigma lingüístico não é possível sustentar a forma clássica de um realismo que se fundamente no modelo representativo da compreensão e da correspondência de frases e fatos.

Mesmo que vários filósofos ainda defendam um realismo desse tipo (ver SEARLE, 1997; WILLASCHEK, 2000) nas ciências humanas, nas últimas décadas foram ganhando terreno as teorias que propunham ou um conceito de representação baseado na prática comunicativa ou que negavam qualquer relação direta entre a realidade externa e os processos mentais. Sendo Jürgen Habermas e Karl Otto Apel dois expoentes influentes do pragmatismo alemão, a obra de Niklas Luhmann representa uma teoria sociológica antirealista, surpreendentemente bem acolhida em todas as ciências culturais nos últimos anos. O construtivismo radical compartilha muitos traços com a teoria de sistemas de Luhmann, especificamente no que diz respeito ao fundamento neurológico que remete a Humberto Maturana e Francisco Varela. Provém dele um dos conceitos centrais dessas duas teorias alemãs: a *autopoiesis* do sistema cognitivo, que pode ser considerada a base de funcionamento de todos os sistemas operacionalmente fechados contra seu ambiente.

Para Luhmann (1995, p. 120), tanto a consciência quanto a sociedade e a comunicação representam sistemas fechados em si: “Nem o sistema social pode pensar, nem o sistema psíquico pode comunicar.” O que pode comunicar é somente a própria comunicação e isso acontece através da síntese das três seleções, a saber: da informação (*Information*), da mensagem (*Mitteilung*) e da compreensão (*Verstehen*). Em vez de transmitir informações, trata-se de “aceitar ou rejeitar uma informação comunicada e compreendida” (LUHMANN, 1995, p. 119). Ele ainda admite, porém, que existem certas relações entre o sistema social e o sistema psíquico:

Kausal gesehen gibt es trotzdem immense, hochkomplexe Interdependenzen [zwischen psychischen und sozialen Systemen]. Geschlossenheit [der Systeme] heißt also keinesfalls, daß keine Wirkungszusammenhänge bestünden oder daß solche Zusammenhänge nicht durch einen Beobachter beobachtet oder beschrieben werden könnten. Nur muß die Ausgangslage der autopoietischen Geschlossenheit in diese Beschreibung eingehen. (LUHMANN, 1995, p. 122)

Do ponto de vista da causalidade existem, todavia, enormes interdependências [entre sistemas sociais e psíquicos], que são altamente complexas. Ser fechado,

² Todas as traduções que não constam das Referências Bibliográficas são de minha autoria.

portanto, de modo algum significa que não haveria relações de interatividade ou que essas relações não poderiam ser descritas por um observador, mas é indispensável que o ponto de partida da oclusão seja autopoeticamente integrado nessa descrição.

Note-se que Luhmann não enfatiza que a sua teoria é uma descoberta essencialmente nova; ele prefere acentuar que a terminologia e os procedimentos descritivos por ele aplicados são mais adequados ou produtivos. Para ele, não se trata apenas do fato de que a palavra “homem” não seja um homem.

Es gibt nichts, was als Einheit eines Gegenstandes dem Wort entspricht. Worte wie Mensch, Seele, Person, Subjekt, Individuum sind nichts anderes als das, was sie in der Kommunikation bewirken. Sie sind kognitive Operatoren insofern, als sie die Berechnung weiterer Kommunikationen ermöglichen. Sie haben limitierte Anschlußfähigkeit und damit ein Unterscheidungs- und Bezeichnungspotential. Die Einheit, die sie bezeichnen, verdankt sich der Kommunikation. (LUHMANN, 1995, p. 52)

Não existe nada que corresponda à palavra em termos da unidade de um objeto. Palavras como homem, alma, pessoa, sujeito, indivíduo não são nada além daquilo que conseguem realizar na comunicação. São operadores cognitivos na medida em que possibilitam calcular mais comunicações. Têm uma capacidade limitada de se associar, o que lhes dá o potencial de distinguir e designar. A unidade que elas designam é devida à comunicação.

E, com seu radicalismo costumeiro, Luhmann afirma paradoxalmente: “*Ob ich meine, was ich sage, weiß ich nicht.*” (1995, p. 53) – (“Não sei se penso o que eu digo”). Isso surge pelo fato de o sistema psíquico funcionar com base em operações diferentes daquelas do sistema da comunicação. Mesmo quando Luhmann concebe a interpenetração do sistema social com os sistemas psíquicos, o enfoque de sua teoria insiste claramente na separação entre consciência e mundo externo. Como resultado, a comunicação (inclusive a comunicação literária) é um campo que deve ser investigado em si mesmo e do ponto de vista de seus efeitos sobre outras comunicações, sem atentar-se ao fator do sujeito (da agência pessoal) ou à representação da realidade (LANDGRAF, 2002).

A pragmática universal de Habermas também desloca o enfoque do sujeito para o espaço intersubjetivo, onde se negociam as reivindicações de validade dos atos comunicativos. Essa teoria distingue, no ato de fala, três (às vezes quatro) (cf. HABERMAS, 1984, p. 440) níveis: o da reivindicação da verdade (*Wahrheit*) no ato de constatar em relação ao mundo objetivo; o da correção (*Richtigkeit*) no ato regulativo para o mundo social; e o da reivindicação da veracidade (*Wahrhaftigkeit*) no ato expressivo / representativo para o mundo interior do sujeito (HORSTER, 1999, p. 77):

mundo	reivindicação de validade	ato de fala
mundo objetivo	verdade	constatador
mundo social	correção	regulativo
mundo interno do sujeito	veracidade	expressivo / representativo

Para Habermas (naquela fase de seu pensamento), a verdade universal de uma asserção se manifesta através das interações entre os sujeitos, sob a condição de que haja chances iguais para os interlocutores do discurso, de que todos os pressupostos possam ser criticados e de que todos tenham chances iguais como atores no uso de atos representativos e regulativos. Essa situação de fala ideal pode gerar virtualmente um consenso racional na sociedade e permitir o encontro de uma verdade objetiva. Para Luhmann, vários pressupostos de Habermas não eram aceitáveis, por exemplo: o “mundo da vivência” (*Lebenswelt*), compartilhado pelos participantes da comunicação e que precede a comunicação. Luhmann acredita que este conceito é excessivamente vago, pois o mundo da vivência abarcaria também o mundo no qual se realiza a pesquisa científica e, finalmente, o mundo inteiro. Outro conceito criticado é o da “intersubjetividade”. Como foi observado por Luhmann e outros, o “espaço intersubjetivo” de Habermas não existiria como unidade, porque seria um “inter” próprio para cada sujeito e o consenso intersubjetivo, postulado por Habermas, seria uma experiência humana escassa, permanecendo uma esperança muito idealista, que não deveria fundar um modelo de comunicação, uma discussão da obra magistral de Luhmann encontra-se em Habermas, (1988, p. 426-45) e Luhmann, (1995, p. 169-88), que comenta alguns conceitos da teoria comunicativa de Habermas.

Habermas concordou em seu livro sobre “verdade e justificação”, recentemente publicado, que foi necessário revisar sua teoria em alguns aspectos em vistas das várias objeções que recebeu de vários lados (HABERMAS, 1999, p. 50). Nessa mesma obra, em uma série de ensaios críticos, ele documenta os avanços da teoria da comunicação no pragmatismo norte-americano, particularmente na obra de Robert Brandom que, segundo Habermas (1999, p. 138), é um marco na filosofia, sendo-lhe dedicada uma resenha construtiva nesse livro.

A filosofia de Brandom, explicitada nas mil páginas de seu livro *Making it Explicit* (Cf. BRANDOM, 2000), pode ser caracterizada como pragmatismo inferencialista. Segundo ele, a comunicação funciona basicamente por operações mentais, induzidas por acontecimentos físicos no ambiente do organismo (sem entrar em contradição com o fechamento ou “*Schließung*” do sistema cognitivo). A estrutura do cérebro permite e favorece uma coordenação de “estados neurológicos” correspondentes a certos acontecimentos ao nosso redor (presença de certos animais, plantas, sons, temperaturas, etc.). Em um nível mais desenvolvido, esse tipo de estados

neurológicos (as “percepções” da linguagem geral)³ são coordenadas com outros estados que podem ser denominados de maneira abreviada como percepções de signos lingüísticos (um certo ruído que corresponde a um certo estado neurológico, que o sistema mental coordena com um certo signo “cão”, “carro”, “café”, etc.). Aprendendo a língua, associamos os ruídos com as demais percepções e estabelecemos um sistema coerente e lógico em si. A cada nova ocorrência há nova comparada com este sistema, e verificamos, no caso de enunciados de outras pessoas, se a proposição feita corresponde às nossas percepções e às demais determinações (*Festlegungen*) feitas anteriormente por nós e pela pessoa que está falando. A longo de nossa vida, desenvolvemos esse sistema de signos, receptiva e ativamente, por meio dos sucessos das nossas ações e por meio de deduções, que, nos termos de Brandom, são as “inferências”⁴. As línguas nos fornecem, através de termos singulares e estruturas anafóricas, meios para designar objetos singulares e fazer proposições sobre as mesmas (p. ex.: “Este copo está vazio”). Nós mantemos, constantemente, um registro mental, uma memória dos nossos próprios enunciados e dos organismos ao nosso redor. Esse processo é realizado na base de regras lógicas (mas normativas), inerentes a toda linguagem e, em geral, inconscientes, ou pelo menos implícitas. Cabe à reflexão metalingüística meramente converter essas regras em uma forma explícita, e tal é o programa expresso no título *Making it Explicit* ou, em alemão, *Expressive Vernunft* (“Razão expressiva”).

Um aspecto importante dessa explicitação é a nossa memória poder ser compreendida para fins de contagem em um jogo de tênis ou *baseball* (“*score-keeping*”), no qual os jogadores e espectadores estão conscientes de cada ponto conseguido pelo seu time e pelo time adversário. Registramos as nossas próprias afirmações, bem como aquelas dos outros organismos. Por qualquer afirmação, nos comprometemos (“*commitment*”) com a proposição incluída no enunciado (e não com o seu oposto) e com uma multidão de outras proposições que se vinculam implicitamente a esse ato. Por isso, a partir de qualquer ato de fala é dada a autorização (“*entitlement*”) para uma série de proposições adicionais, bem como a não-autorização para uma série de outras (“*precluded entitlement*”). Cada um de nós registra dessa maneira a sua própria autorização para determinadas proposições e ações novas, como também a autorização das suas contrapartes para suas ações e asserções em harmonia com as demais “percepções”. Pode-se, por exemplo, registrar a autorização

da frase “Vou levar o guarda-chuva”, se o falante expressou antes a necessidade de ir ao trabalho e uma olhada pela janela mostra a existência de nuvens.

A contabilidade deontica (“*deontic scorekeeping*”) é então um modelo que permite compreender os processos comunicativos desde a prática social e sem privilégio preestabelecido, favorecendo um mundo externo objetivo que determine as percepções e “representações” lingüísticas. As inferências que permitem a contabilidade são estratégias lógicas, baseadas em normas que se estabeleceram na aprendizagem. O significado de uma frase depende das suas relações inferenciais com outras proposições dentro de um sistema que abarca a língua inteira (ver também o livro “*light*”) de Brandom, (2001), e o resumo explicativo de Esfeld, (2001).

Um passo adiante para focalizar a relação existente entre o mundo externo e a linguagem é a distinção entre dois tipos de atribuição, realizada por Brandom: as atribuições **de re** e **de dicto**. Quando alguém diz: “No ano de 2010 o presidente do Brasil não terá uma barba” eu posso, registrando a proposição, atribuí-la da forma **de re**: “Ele afirma sobre o presidente que ele não terá barba” (que o atual presidente, Luís Ignácio da Silva, se barbeará) ou da forma **de dicto**: “Ele afirma que no ano de 2010 (será verdade que) o presidente do Brasil não é barbado.”

Para Brandom, esta distinção é importante por mostrar que lingüisticamente podemos fazer (e, de fato, fazemos) a distinção entre a proposição inteira e a predicação feita sobre uma coisa singular (o presidente), escolhida e definida pelo nome, um artigo definido ou recursos gramaticais equivalentes. Dessa maneira, pode-se aceitar ou colocar em questão tanto a autorização inteira para fazer tal afirmação, como também pode referir-se à coisa singular sobre a qual a proposição foi expressa (o que, neste caso, não leva muito longe). Por outro lado, é possível concordar com o falante na proposição feita, mesmo no caso que não houver concordância aparente sobre a pessoa / o objeto referido. Se, p.ex., o falante faz uma proposição sobre uma vaca, que na nossa opinião é um cervo, podemos afirmar que: “Ele afirma sobre o cervo (a vaca) que ele está no pasto” (adaptei os exemplos) – (ver BRANDOM, 2000, cap.8, e 2001, p. 220 et seq.).

Segundo Brandom, temos aí o ponto de partida para a argumentação que nos leva a um mundo objetivo externo, estabelecido através de e radicada em uma prática comunicativa social, e, nesse sentido, trata-se de um desdobramento da teoria de Habermas sem seus pressupostos, como o consenso no discurso ideal. Brandom, por outro lado, também evita a reintrodução de qualquer discurso que privilegie uma realidade externa (e, em última instância, imperceptível) ao sujeito⁵. A argumentação respeita, pelo que vejo, todas as limitações impostas pelas ciências naturais que levam os teóricos do construtivismo e Luhmann a suas concepções relativamente antirrealistas.

⁵ Na sua resenha, Habermas vincula a argumentação de Brandom em muitos casos à sua própria obra, de maneira que ambas podem parecer uma só linha de pensamento. As observações referem-se aos pontos menos desenvolvidos do que às intenções gerais ou à argumentação principal.

A objetividade gerada no processo inferencial admite erros: não é uma objetividade absoluta, mas tampouco é a visão de um mundo perfeitamente subjetivo, sem acessos viáveis à realidade externa da natureza e aos demais seres dotados com a mesma capacidade mental-lingüística.

Isto é extremamente importante para os textos testemunhais, os relatos das catástrofes do século XX. Trata-se de um gênero aparentado tanto à autobiografia quanto à historiografia, os tradicionalmente são considerados gêneros factuais⁶, gêneros que se referem a acontecimentos e objetos no mundo físico real. Os avanços teóricos do *linguistic turn* na crítica literária proporcionaram, em princípio, uma compreensão importante: a construção discursiva de qualquer texto, tanto literário e ficcional quanto pragmático e factual. Por outro lado, levaram também a uma confusão enorme com respeito às distinções genéricas: se todos os textos são construções verbais, nenhum texto tem acesso privilegiado à realidade. A conclusão parecia ser que a ficção, o mundo imaginado no romance, apresenta informação tão objetiva (ou, melhor dizendo, não objetiva, porém sempre construída) quanto os detalhes pesquisados do relato histórico⁷.

Para os sobreviventes de Auschwitz e de outras atrocidades do totalitarismo, essa tendência pode ser extremamente preocupante⁸. Suas experiências pertencem a uma esfera que não faz parte do mundo de nossa vivência; a extrema desumanização, a conversão do ser humano em objeto, sua submissão a um poder absoluto, a dissolução das fronteiras entre vida e morte – tais aspectos dos campos nazistas podem ser enumerados aqui em termos abstratos. Uma compreensão aproximada do significado daquelas experiências apenas pode ser realizada pela sua verbalização pelas pessoas que estiveram lá e se imbuíram dos meios de percepção e de expressão adequados para se dar conta e fazer com que nos demos conta. Se os textos deles pudessem ser lidos e suas experiências fossem integradas à nossa concepção de mundo como qualquer fantasia de um diretor de filme ou de um autor literário, isso seria altamente problemático. Nossas “intuições realísticas” nos avisam que um observador competente, em geral, pode comentar um acontecimento de maneira mais correta (correspondente aos fatos) do que uma pessoa que imagina o mesmo, particularmente quando se trata de eventos sem precedência.

⁶ Genette (1991, p. 66, nota 2) propõe a expressão “factual” (*factuel*) para evitar o recurso sistemático a um conceito negativo como “não-ficcional” (*non-fiction, non-fictionnel*).

⁷ É interessante que o próprio Luhmann (como vários discípulos) não descarta a distinção entre ficção e “facção”. Ao contrário, considera essa distinção central para a formação do subsistema **literatura** na sociedade do século XVIII. Mas a distinção é realizada no sistema da comunicação e não se reflete no objeto discursivo. Nesse sentido, ao meu ver, as conclusões constatadas aqui são lícitas (LUHMANN, 1997, p. 229-30).

⁸ Ruth Klüger, sobrevivente de vários campos e autora do testemunho “*weiter leben*”, é só um exemplo da

A teoria de Brandom anuncia uma nova virada nas ciências humanas, que vai permitir a reabilitação de distinções centrais da teoria literária, distinções estas que nunca foram abandonadas pelo grande público, mas pelas elites intelectuais. Esse fato nos obrigará a compreender de uma maneira diferenciada os mecanismos que nos levam a tratar fatos como fatos e imaginações como imaginações. Possibilitará ainda integrar às práticas comunicativas a dúvida necessária sobre a linguagem como meio representativo e sobre a competência do ser humano para compreender o mundo. A recepção mútua e quase simultânea de autores significativos nos dois lados do Atlântico (como Brandom e Habermas) parece um sinal de que as filosofias alemã e norte-americana estão em um processo de interação muito produtivo, não restringido por tradições acadêmicas ou prejuízos culturais. Considero esse fato como um avanço histórico em direção a um pensamento globalizado, pois será a comunicação transnacional a promover as soluções dos problemas dos seres humanos nesse mundo.

Pretendo explicar agora, através de textos testemunhais, de que maneira essa teoria constitui um avanço para o estado problemático desse gênero literário. Lembremos que um tema central, radicado na não-representatividade da linguagem, era a convergência dos epistemes factuais e ficcionais. Comparemos então:

1) *Weiter Leben. Eine Jugend (Seguir Vivendo: uma juventude)*, de Ruth Klüger, publicado em 1992 – relato da sua infância em Viena e sua “juventude” nos campos de Theresienstadt e Auschwitz⁹;

2) *Bruchstücke. Aus einer Kindheit 1939-1948 (Destroços: uma infância 1939-1948)*, de Bruno Doesseker, aliás Benjamin Wilkomirski, editado em 1995 – apresentava-se como um testemunho das experiências infantis de um judeu de Riga, mas depois foi revelado como sendo as fantasias de um suíço cristão sem qualquer ascendência judia ou passado fora da Suíça;

3) *Jakob der Lügner (Jakob o mentiroso)* – romance de Jurek Becker que foi editado em Berlim oriental em 1969.

Os três livros têm em comum o fato de tratarem, em língua alemã, das condições de vida e experiências de judeus, particularmente de crianças nos campos ou guetos instalados e mantidos pelos nazistas. Não foram escritos imediatamente após os acontecimentos, porém depois de décadas. A questão da referencialidade seria discutida mais facilmente se tratássemos de um dos primeiros testemunhos, como *Se questo è*

enorme irritação causada pela hibridação de epistemes, cuja conseqüência é a “ficcionalização” do relato da sua vida e, finalmente, dos seus sofrimentos, da morte de todos os que não voltaram e da culpa dos perpetradores (ver KLÜGER, 2000).

⁹ Recentemente saiu a tradução para o português: Klüger, Ruth. *Paisagens da memória – Autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*, 2005.

un uomo?, de Primo Levi; por outro lado, queria me basear em textos originalmente em alemão e não evitar a complexidade apresentada por exemplos tardios do gênero testemunhal¹⁰.

A primeira questão que se coloca, então, é se os autores desses livros podem ser compreendidos como falantes em primeira pessoa, no sentido de Brandom, e se o leitor pode atribuir a esses autores todas as afirmações dos livros. Só neste caso seria permitida a contabilidade inferencialista e só neste caso talvez pudesse ser estabelecida a referencialidade a um mundo compartilhado entre nós e o autor, e por consequência uma possível objetividade dos acontecimentos relatados. Para Brandom, o texto escrito não apresenta uma diferença principal das observações feitas em geral sobre o discurso oral. Os textos escritos devem obedecer substancialmente às mesmas regras, porque

die begrifflichen Gehalte des monologischen Begründens, in dessen Rahmen alle Prämissen und Konklusionen mögliche Festlegungen derselben Person sind, [verhalten sich] parasitär zu und sind intelligibel allein anhand der Art von Gehalt, die beim dialogischen Begründen übertragen wird, in dessen Rahmen die Beantwortung der Frage, was woraus folgt, wesentlich Beurteilungen aus den verschiedenen sozialen Perspektiven kontoführender Gesprächspartner mit verschiedenen Hintergrund-Festlegungen beinhaltet. (BRANDOM, 2000, p. 819)

os conteúdos conceituais da explicação monológica, em cujo quadro todas as premissas e conclusões são possíveis afirmações de uma mesma pessoa, [comportam-se] de maneira parasitária e são inteligíveis somente por meio do tipo de conteúdo que se transmite na explicação dialógica, em cujo quadro a resposta à pergunta, conclui-se, contém essencialmente juízos de várias perspectivas sociais de interlocutores contabilistas com diferentes afirmações definitivas de fundo.

De fato, a aplicação dessa interpretação pragmática dos testemunhos pode ser debatida porque o papel do autor da autobiografia – gênero com o qual compartilha muitos traços¹¹ – já foi considerado afim ao autor de romances. Historicamente, a

autobiografia e o romance tiveram sua primeira ampla aceitação e recepção públicas no século XVIII, paralelamente ao surgimento do sujeito individual, e, nessa trajetória, estão muito entrelaçados tanto nos seus meios narrativos, quanto nos conteúdos. Por um lado, até hoje muitos autores exploram sua biografia para criar romances e em algumas obras a distinção genérica parece impossível (estamos pensando em Proust *A la recherche* ou Sartre *Les mots*); por outro lado, a própria autobiografia emprega todas as conquistas do romance e as integra na representação da vida particular. Sem os recursos paratextuais na capa do livro e as informações da editora, o leitor em muitos casos não poderia saber se o caráter do livro é ficcional ou se se refere a uma pessoa real¹². Berel Lang (1990) apresentou um argumento que distingue autor e narrador tanto do romance quanto da autobiografia, sustentando que os dois comunicam fatos que o leitor não pode verificar no mundo: no caso do autobiógrafo, seriam os pensamentos e sentimentos próprios, aos quais só ele mesmo tem acesso.

Mas são os próprios autores dos testemunhos que defendem veementemente que, no seu caso, autor e narrador são idênticos e que, no sentido convencional, o testemunho pertence ao discurso não ficcional. O Prêmio Nobel Elie Wiesel insistiu, com respeito a seu livro *La nuit*, que foi publicado com título neutro, para que fosse lido como texto referencial, e até Art Spiegelman, autor dos quadrinhos *Maus*, conseguiu que sua representação desenhada da história dos seus pais fosse reclassificada de *fiction* para *nonfiction* na lista da *New York Times Book Review* (LANG, 2000, p. 74). Ruth Klüger, testemunha e germanista, afirmou em uma palestra sobre “Poetas e historiadores. Fatos e ficções”:

Autobiographie ist Geschichte in der Ichform. Weil sie dank ihrer Subjektivität Dinge enthält, die nicht nachprüfbar sind – Gefühle und Gedanken –, wird sie öfters und leicht mit dem Roman verwechselt. Sie ist sicherlich in einem Grenzort angesiedelt, wo man beide Sprachen spricht, die der Geschichte und die der Belletristik. Aber jedes Grenzort gehört dem einen oder anderen Staat an – und die Autobiographie gehört eindeutig zur Geschichte. (KLÜGER, 2000, p. 41-42)

Autobiografia é historiografia em primeira pessoa. Graças a sua subjetividade, contém coisas que não podem ser comprovadas – sentimentos e pensamentos –, e por isso é, muitas vezes e com facilidade, confundida com o romance. Sem

munho não deve ser confundido nem com o gênero autobiográfico nem com a historiografia”. Por outro lado ele também afirma que testemunhos pertencem ao campo não ficcional e esse é o ponto que nos interessa: “O testemunho [da literatura hispano-americana] é exemplar, não fictício (nesse ponto, coincidindo com o testemunho da Shoah) [...]” (SELIGMANN-SILVA, 2002b, p. 77).

¹² Contraindo-se a Dorrit Cohn e Käthe Hamburger, Genette afirma que os indícios textuais-narrativos em muitos casos (particularmente na modernidade) não bastam para distinguir ficção e não-ficção, pelo fato de que os recursos característicos de cada gênero interpenetram constantemente e outro e as suas normas são em última instância auto-impostas. (GENETTE, 1991, p. 92)

¹⁰ Para Taterka, os testemunhos tardios como “Os afogados e os salvos”, de Primo Levi; *A escritura ou a vida*, de Jorge Semprún; e *Weiter Leben*, de Ruth Klüger “são essencialmente compostos como textos para textos, como contribuições discursivas, que não somente pressupõem o discurso do campo, mas também o debatem e, por meio desse debate, reclamam um certo lugar para ele, antes que esse lugar seja repartido de fora.” (TATERKA, 1999, p. 180).

Não obstante, o crítico com certeza não queria fazê-lo, essa afirmação poderia se desviar do fato que esses três livros também são essencialmente livros que relatam a experiência dos autores no campo, quer dizer, sobre a realidade do campo. Só em segunda linha são textos que debatem esses fatos em reflexão e discussão com outros testemunhos e obras historiográficas. Intertextualidade é, afinal de contas, uma qualidade de todos os gêneros lingüísticos e não atinge, a princípio a questão de que algo seja referencial (e intertextual) ou ficcional (e intertextual).

¹¹ Seligmann-Silva (2002a, p. 34) aparentemente não está de acordo com isso, quando escreve: “O teste-

dúvida está localizada numa região fronteiriça, onde se falam os dois idiomas, o da história e o da literatura. Mas cada região fronteiriça pertence a um ou outro país – e a autobiografia pertence inequivocamente à história.

A expressão metafórica da autora não permite dúvidas quanto à manutenção da distinção entre ficcional e factual, nem quanto ao testemunho fazer parte do segundo. De acordo com ela, os indicadores distintivos para o leitor são tanto elementos paratextuais, quanto do ambiente social em que o texto foi publicado. Esses sinais oferecem ao leitor aquele contrato descrito por Philippe Lejeune, pesquisador da autobiografia na França, a saber, o “pacto autobiográfico”. Em contraste com o “pacto do romance”, o “pacto autobiográfico” entende como implícito que autor, narrador e protagonista sejam a mesma pessoa histórica, e que o autor físico assuma a responsabilidade pela autenticidade dos acontecimentos narrados frente ao leitor – dentro dos limites da sua memória, naturalmente. Entre esses pactos, segundo Lejeune (1994, p. 27), não existem transições graduais. Contra Berel Lang e com Klüger e Lejeune, parece-me adequado constatar que no texto autobiográfico os sentimentos e pensamentos do protagonista são “acontecimentos” que o autor pretende ter experimentado neste mesmo mundo histórico, e não elementos de uma realidade imaginada, como no caso do romance.

Diferentemente da autobiografia, que se propõe à representação de uma vida, ou pelo menos de uma fase decisiva da vida de uma pessoa singular, o acento no testemunho está na representação de certas estruturas e ações exteriores, embora se descrevam também as experiências da pessoa que sofre as ações. O testemunho relata sobre pessoas e acontecimentos historicamente relevantes e os descreve de uma perspectiva subjetiva, completando de maneira importante os fatos históricos com percepções, atitudes psíquicas, reações físicas e comportamentos particulares na situação do campo. Enquanto os fatos exteriores sobre o número de crematórios ou o tratamento dos guardas da SS podem ser verificados potencialmente em documentos de outra natureza, os estados de consciência das vítimas somente podem ser comunicados no testemunho. A transmissão dessas informações – fatos exteriores e interiores – é central em, virtualmente, todos os testemunhos. Nesse sentido, o autor apresenta suas afirmações como fatos reais, experimentados no mundo real e coloca o pronome “eu” no texto para garantir a continuidade entre o autor físico, o narrador em primeira pessoa e o protagonista. A identidade de autor e narrador significa, segundo Genette, que se oferece o texto ao leitor na modalidade factual, seja ele autobiográfico ou biográfico. Nos dois casos, o autor se responsabiliza pelos fatos contados, sejam eles experimentados ou pesquisados¹³. (Veja-se ao final do artigo o

Quadro Ilustrativo dos diferentes modelos de pactos). Assim sendo, um ato de fala no testemunho (e na autobiografia) reclama para si o mesmo *status* epistêmico dos atos de fala na comunicação pragmática e não deve ser confundido com um ato de fala no texto ficcional. Os dois compartilham o meio lingüístico e narrativo, mas diferem na medida em que o primeiro tem um referente real e o segundo não.

Para o testemunho de Ruth Klüger, vale que todos os detalhes são coerentes com o “pacto autobiográfico”: o subtítulo quase genérico “Uma juventude”; as informações biográficas sobre a autora no paratexto, que coincidem com as lembranças do “eu” no texto; o ambiente sócio-comunicativo da publicação; e os depoimentos da própria autora em ocasiões não literárias (cf. KLÜGER, 2000, p. 41).

No caso de Wilkomirski/Doesseker, o subtítulo (*Desde uma infância 1939-1948*) sugere igualmente um relato autobiográfico, assim como as informações na capa e no posfácio indicam a identidade entre autor, narrador e protagonista. Todavia, as pesquisas empreendidas depois que surgiram as primeiras suspeitas sobre o autor revelaram que Bruno Doesseker não pode ser o Benjamin Wilkomirski que pretende ter vivenciado e lembrado os acontecimentos no livro *Bruchstücke*. Conseqüentemente, o “pacto autobiográfico” falhou; eu, sendo o leitor do texto, não posso atribuir os acontecimentos narrados à conta do falante, porque posso deduzir facilmente que ele não está legitimado para esse tipo de afirmações sobre um lugar e um tempo, em que ele não estava presente fisicamente. Assim, o texto inteiro se converte em algo que não tem credibilidade e que não pode servir para desenvolver o meu sistema de crenças e compreensões sobre o holocausto. O livro de Doesseker/Wilkomirski não se converte em ficção depois da revelação da vigarice, conforme defendido por muitos críticos tendo em vista as descrições de Doesseker, consideradas fortes pelo menos em termos estéticos. O mentiroso e o impostor fingem uma história para fins egoístas, para conseguir atenção e bens materiais do público trapaceado. A estrutura de um relato falsificado, que pretende ser autêntico, está em função da fraude. Esse não é o caso da ficção que um leitor culto, no âmbito da civilização moderna ocidental, entende na modalidade do “como se”. O mundo da ficção sempre compartilha muitos traços com o mundo físico-histórico, mas nenhum detalhe pode ser legitimamente verificado pelo leitor, que somente pode julgar se a argumentação em si é convincente e se o sentido da obra integral corresponde a esse mundo histórico.

Tal é o caso do romance *Jakob der Lügner*, de Jurek Becker. Diferentemente de Doesseker, Jurek Becker (que nasceu em 1937) de fato esteve no gueto de Lodz durante sua infância; não obstante, ele desmente que qualquer lembrança consciente entrasse na sua ficção sobre o personagem Jakob Heym, o qual alimenta a esperança dos outros judeus no gueto com supostas notícias sobre avanços do exército russo,

¹³ Genette (1991, p. 87-8) observou que as identidades designadas pelos signos = não são da mesma natureza: a identidade de autor e personagem é jurídica (e semântica); a relação entre narrador e personagem (sintática) marca a identidade do sujeito de enunciação com o sujeito do enunciado; e a

relação entre autor e narrador (pragmática) simboliza a sinceridade e responsabilidade do autor (“*l’engagement sérieux de l’auteur à l’égard de ses assertions narratives*”).

que ele finge escutar num rádio clandestino. Vários críticos identificaram um realismo histórico detalhado nesse livro, e, de fato, o autor escreveu-o somente depois de pesquisas extensas sobre os guetos e os campos nazistas, a fim de criar um mundo verossímil. Não obstante, o gueto de Becker não se refere a um lugar histórico em particular – trata-se de um mundo que apresenta os traços gerais dos guetos, e as personagens não se referem a pessoas históricas – são construções do imaginário do escritor, que os deixa agir nessas condições particulares. O autor não pode ser responsabilizado pela inautenticidade dos indivíduos ficcionais, mas sim pelo significado das ações inventadas.

Passemos agora à observação mais próxima de um trecho do texto de *weiter leben*, para podermos soletrar os passos da contabilidade deontica-inferencial de Brandom. A primeira frase é: “*Der Tod, nicht Sex war das Geheimnis, worüber die Erwachsenen tuschelten, wovon man gern mehr gehört hätte.*” (KLÜGER, 1997, p. 9 – “A morte, não o sexo, era o mistério sobre o qual os adultos sussurravam, e do qual nós teríamos gostado de ouvir mais.”). De *dicto* podemos referir: Klüger afirma que é a morte, não o sexo, o mistério sobre o qual os pais haviam sussurrado e do qual todos teriam gostado de ouvir mais.

Assim o leitor toma uma posição neutra em relação à frase completa, atribuindo o conteúdo inteiro somente à autora, sem decidir se ela está legitimada para tal ou não. Ele tem, por outro lado, a possibilidade de fazer a referência **de re**: Klüger afirma dos adultos que eles haviam sussurrado sobre um mistério que era a morte, não o sexo, e era esse mistério sobre o qual todos teriam gostado de ouvir mais.

Aqueles “adultos” em questão referem-se aos pais da autora e a outros parentes, como o leitor pode deduzir. Em contraste com a referência **de dicto**, a referência **de re** implica que o leitor deva aceitar a existência das pessoas mencionadas. Para ele, neste caso, a existência dessas pessoas não é uma questão e ele supõe que a autora está legitimada a fazer afirmações sobre as mesmas. Se ele adota ou não a predicação feita, isso depende do resto da sua contabilidade – ou seja, se a proposição estiver coerente com outras da autora, com os conhecimentos sobre pessoas desse tipo, do tempo e das circunstâncias. Se não houver contradições, ele pode acreditar nos fatos contados. Poderíamos, por exemplo, ter uma opinião diferente da autora sobre as possíveis explicações do comportamento de algumas pessoas masculinas no relato. A autora é feminista e, assim, interpreta o comportamento dos homens de uma maneira particular, com a qual nós eventualmente não concordamos. Como no resto dos “fatos” narrados, há uma ampla coerência com os testemunhos de outros autores, podemos até acreditar em muitos detalhes contingentes, que só aparecem neste livro, e podemos confiar na credibilidade da autora, de uma maneira geral.

Eu escolhi, neste caso, “os adultos” como expressão da locução que serve para designar umas “coisas singulares”. Eu poderia igualmente ter escolhido “a gente”

(“man”) que, pouco depois, se revela como uma designação para as crianças de 1938, dentre as quais se inclui a narradora. Ou poderia ainda escolher “a morte”, que não representa neste contexto uma idéia personalizada ou abstrata, mas um tema concreto das conversações familiares que, por sua vez, tem um referente bem concreto: a morte por ser judeu, o que era uma ameaça diária, desde que os nazistas expandiram seu poder até à Áustria. O leitor pode, a partir desses detalhes – uma vez que ele aceite a veracidade da narradora nos fatos em questão –, tirar conclusões sobre as mudanças do estado mental das crianças em famílias similares. Ele pode chegar a conclusões diferentes das da autora com base nos fatos que ela descreve, mas essas opiniões subjetivas dirigem-se, intencionalmente, aos mesmos objetos do mundo físico.

É possível notar no texto estratégias em comum com a literatura ficcional, como no caso do nome, dado pela narradora aparente à personagem, na onipotência do narrador ficcional: “*Manche [Schreckensnachrichten] handelten von Unbekannten, manche von Verwandten, immer von Juden. Da war einer, sehr jung, sagen wir Hans, ein Cousin meiner Mutter, den hatten sie in Buchenwald, aber nur auf Frist!*” (KLÜGER, 1997, p. 9; meu grifo). “Algumas delas [notícias aterradoras] eram sobre desconhecidos, algumas sobre parentes, sempre sobre judeus. Um rapaz, muito jovem, **vamos chamá-lo de Hans**, um primo da minha mãe, estava detido em Buchenwald, mas apenas temporariamente.”

Dentro do contexto da autobiografia, tudo indica que se trata aqui de uma pessoa real, cuja relação de parentesco é especificada mais tarde. Para as necessidades do relato, essa figura recebe um nome fictício, pois o nome real não deve ser exposto publicamente. Há a possibilidade de se verificar as informações sobre a pessoa, o que pode ser considerado essencialmente um engano pontual por parte do autor; não obstante, o leitor é convidado a confiar na responsabilidade da autora/narradora. O personagem não muda seu *status* referencial para um *status* ficcional por ser menos verificável.

Nenhuma frase do romance *Jakob der Lügner* pode ser referida da mesma maneira como as afirmações de Ruth Klüger no seu testemunho. A pessoa que sustenta as afirmações em detalhe é o narrador, e esse narrador é uma personagem inventada pelo autor. A modalidade do romance poderia ser entendida como um “*als ob*” (“como se”) – uma hipótese do tipo: Caso houvesse um homem com as qualidades q (tal como descrito no romance), na situação s (descrita no romance de uma maneira coerente com as condições dos guetos e campos nazistas – o romance desenrola-se em um gueto concreto, mas que nunca existiu fora do livro), ele poderia agir da maneira descrita e as conseqüências poderiam ser “c” (tais como se seguem no romance). Caso o leitor esteja disposto a aceitar essa hipótese, ele pode adotar ou não as conclusões gerais e particulares do mundo imaginário. Sendo a descrição suficientemente simbólica, as conclusões podem diferir de leitor a leitor, dependendo da interpretação que ele atribui aos construtos ficcionais (personagens, objetos, lugares,

ações, etc.) e a importância de cada elemento dentro da obra inteira. Ele não pode avaliar um detalhe da mesma maneira como avalia experiências próprias e mesmo como avalia detalhes do relato de Klüger, ou seja, racionalmente tirando conclusões dos fatos. Os detalhes ficcionais somente podem entrar numa avaliação desse tipo, se eles corresponderem a fatos já existentes e conhecidos, de maneira que o leitor conceda a esses detalhes ficcionais a qualidade de poderem existir tal qual acontece no romance. Nessa linha de “utilização” da literatura muitas vezes acontece o fato de um sociólogo ou filósofo escolher um texto ficcional para ilustrar um comportamento, uma estrutura, cuja realidade geral não se coloca em dúvida e que o romancista descreveu de uma maneira bem exemplar. Mas é importante lembrar que o conhecimento da realidade precede o conhecimento da realidade ficcional. Seria necessário escrever testemunhos sobre a experiência do campo para depois escrever texto de ficção sobre esse tema e que sejam verossímeis. E, evidentemente, seria necessário ler testemunhos para falsificar uma memória de sobrevivente que não despertasse suspeitas logo na primeira página. É daí que surgiu o efeito escandaloso das falsas memórias de Doesseker, que foram classificadas, inclusive por especialistas, como leitura útil que provê um acréscimo ao nosso conhecimento sobre o Holocausto. A situação é extrema e excepcional, mas, em contraposição, os próprios sobreviventes admitem que os seus testemunhos não podem ser tão completos e adequados como seria o testemunho (impossível) daqueles que pereceram. Na medida em que o texto de Doesseker é um relato referencial, ele contribui para o conhecimento acerca do que aconteceu. Para ser avaliado na modalidade ficcional, falta-lhe a verossimilhança – as brutalidades vivenciadas pelo protagonista na sua forma crua não têm outra mensagem a não ser a de que os campos eram um lugar só de agressões, vazios de qualquer humanidade tanto entre perpetradores e vítimas, quanto entre as vítimas. Se fosse a experiência real de um homem que assume uma postura de responsabilidade frente a essas impressões, teríamos que conceder, pelo menos, que ele estaria legitimado a sustentar essa afirmação. Mas, em relação à ficção criada por uma pessoa que sabe desse inferno só de segunda mão (como a maioria de nós), isso está exageradamente incoerente com as experiências dos demais que afirmam que os nazistas não conseguiram extinguir toda moralidade e ajuda mútua entre os internados (Cf. TODOROV, 1993, p. 80et seq.; e LANGBEIN, 1995, p. 607 et seq.).

Espero ter conseguido mostrar que o modelo filosófico da linguagem de Robert Brandom pode ser utilizado para repensar conceitos tradicionais da comunicação social, que estão em perigo de ser apagados. A experiência do Holocausto, sendo considerada a mais extrema, pelo menos na modernidade, representa, na minha opinião, o caso teste não só para novas éticas, pedagogias e filosofias – mas também para se questionar a validade dos nossos conceitos da linguagem. E para que não haja um risco de engano sobre as nossas realidades.

Modelo das relações entre autor, narrador e protagonista, aplicado a testemunhos factuais, falsificados e ficcionais

Autobiografia/Testemunho R. Klüger (*weiter leben/Paisagens da memória*):

R. Klüger (nasc. 1931)

autor

= =

narrador = personagem

Klüger (50 anos de idade) Klüger (criança e adulta)

Biografia histórica (Anissimov: *Primo Levi. La tragédie d'un optimiste*):

Miriam Anissimov

autor

= ≠

narrador ≠ personagem

Miriam Anissimov Primo Levi

Narrativa homodiegética ficcional (Kolitz: *Iosl Rakóver fala com deus*):

Zvi Kolitz

autor

≠ ≠

narrador = personagem

Iosl Rakóver Iosl Rakóver

Narrativa homodiegética falsificada (Wilkomirski: *Bruchstücke/Fragmentos*):

Bruno Doesseker

autor

≠ ≠

narrador = personagem

Binjamin Wilkomirski Binjamin Wilkomirski (em criança)

Narrativa heterodiegética ficcional (*Jakob der Lügner/Jakob o mentiroso*):

Jurek Becker

autor

≠

≠

narrador ≠ **personagem**

um habitante do gueto Jakob Heym

Segundo Lejeune, (1994); Genette, (1991); e Martínez & Scheffel, (1999)

GALLE, Helmut. Linguistic Representation in the Conception of Luhmann, Habermas and Brandom and its Consequences to the Status of Testimonial Discourse. **Itinerários**, Araraquara, n. 23, p. 49-68, 2005.

- *ABSTRACT: The testimonial genre has become one of the main resources for the collective memory of the 20th century and it still continues to provide important conceptions in philosophical, sociological and political theory. Operating on the borders between history and autobiography and also fiction, the testimony may serve as an important touchstone to verify the consequences of linguistic representation models that were developed as the results of the “linguistic turn” and the progress in cognitive sciences. In Germany, the most influential theories that acknowledged the impossibility of linguistic realism (correspondence of words and things) were Luhmann’s “Social Systems Theory” and Habermas’ “Theory of Communicative Action”. While Luhmann’s communication model presumes a system, closed in itself, without links between reality and text, Habermas proposes an approach to objective reality by means of a non hegemonic discursive process that privileges competent speakers. Both conceptions appear to be unsatisfactory considering the referential status of history and, in particular, the Holocaust atrocities. Reconciling the results of Habermas with the traditional American Pragmatism and the analytic philosophy, the language model of Brandom opens a new perspective that derives reference from the social practice of speakers and clears the way for a moderate concept of “objective reality”. The article analyses the implications of the three conceptions of reference in testimony and checks their validity to our communicative reality.*
- *KEYWORDS: Testimony; linguistic representation; pragmatism; inference; systems theory; autobiographical pact.*

Referências

BECKER, J. **Jakob der Lügner**. Frankfurt/M: Suhrkamp, 2000.

BRANDON, R. B. **Expressive Vernunft**: Begründ, Repräsentation und discursive Festlegung. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2000.

BRANDOM, R. **Begründen und Begreifen**. Frankfurt/M: Suhrkamp, 2001.

BRAUN, E. (Ed.). **Der Paradigmenwechsel in der Sprachphilosophie**: Studien und Texte. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1996.

CURTIUS, E. R. **Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter**. Bern: Francke, 1978.

ESFELD, M. Der Pragmatismus in der Gegenwartsphilosophie: Ein Forschungsbericht. **Information Philosophie**, v.2, p.24-31, 2001.

GENETTE, G. **Fiction et diction**. Paris: Seuil, 1991.

HABERMAS, J. **Theorie des kommunikativen Handelns**. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1981.

HABERMAS, J. **Vorstudien und Ergänzungen zur Theorie des Kommunikativen Handelns**. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1984.

HABERMAS, J. **Der philosophische Diskurs der Moderne**: Zwölf Vorlesungen. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1988.

HABERMAS, J. **Wahrheit und Rechtfertigung**: Philosophische Aufsätze. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1999.

HOFMANNSTHAL, H. **Erzählungen. Erfundene Gespräche und Briefe. Reisen**: Gesammelte Werke in 10 Einzelbänden. Frankfurt/M: Fischer, 1979.

HORSTER, D. **Jürgen Habermas zur Einführung**. Hamburg: Junius, 1999.

KLÜGER, R. **Weiter Leben**: Eine Jugend. München: DTV, 1997.

KLÜGER, R. **Dichter und Historiker**: Fakten und Fiktionen. Wien: Picus, 2000.

KLÜGER, R. **Paisagens da memória**: autobiografia de uma sobrevivente do holocausto. São Paulo: Editora 34, 2005.

LANDGRAF, E. **Die Realität der literarischen Kommunikation**. 2002. Disponível em: <http://paraplui.de/archiv/Kommunikation/literatur>. Acesso em: 6 out. 2002.

LANG, B. Autobiography as a Matter of Literary Fact. In: _____. **The Anatomy of Philosophical Style**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990. p.168-98.

LANG, B. **Holocaust Representation**: Art within the Limits of History and Ethics. Baltimore: John Hopkins, 2000.

LANGBEIN, H. **Menschen in Auschwitz**. München: Europaverlag, 1995.

LEJEUNE, P. **Der autobiographische Pakt**. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1994.

LENK, H. **Kleine Philosophie des Gehirns**. Darmstadt: WBG, 2001.

- LEVI, P. I sommersi e I salvati. In: _____ . **Opere**: a cura de Marco Belpoliti. Torino: Einaudi, 1988a. v.2.
- LEVI, P. **Ist das ein Mensch? Die Atempause**. München: Hanser, 1988b.
- LUHMAN, N. **Soziologische Aufklärung 6**: Die Soziologie und der Mensch. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 1995.
- LUHMAN, N. **Die Kunst der Gesellschaft**. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1997.
- ROTH, G. Hirnforschung als Geisteswissenschaft. In: HUBER, M.; LAUER, G. (Ed.). **Nach der Sozialgeschichte**. Tübingen: Niemayer, 2000. p.29-46.
- RUHNAU, E. Zeit und Bewußtsein: der Rhythmus des Humanen. In: HUBER, M.; LAUER, G. (Ed.). **Nach der Sozialgeschichte**. Tübingen: Niemayer, 2000. p.47-53.
- SCHILLER, F. **Sämtliche Werke in 5 Bänden**: Gedichte, Erzählungen, Übersetzungen. München: Winkler, 1991. v.3.
- SEARLE, J. R. **Die Konstruktion der gesellschaftlichen Wirklichkeit**: Zur Ontologie sozialer Tatsachen. Reinbeck: Rowohlt, 1997.
- SELIGMANN-SILVA, M. Literatura e testemunho na obra de Primo Levi. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE, 99., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: [S.n.], 2002a. p.31-5.
- SELIGMANN-SILVA, M. Zeugnis e Testimonio: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, n.6, p.67-83, 2002b.
- TATERKA, T. **Dante Deutsch**. Berlin: Erich Schmidt, 1999.
- TODOROV, T. **Angesichts des Äußersten**. München: Fink, 1993.
- WILLASCHEK, M. (Ed.). **Realismus**. Paderborn: Schöningh, 2000.

